

Gabinete de Apoio à Presidência

DESPACHO Nº 010/GAP/2014

Assunto: Delegação de competências do Presidente da Câmara na Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade do Território

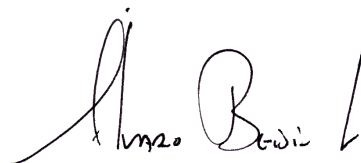
1. No exercício dos poderes que me são próprios, ao abrigo do artigo 35.º e nos termos do artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e do artigo 35º do Código de Procedimento Administrativo delego, na área das funções dos pelouros por mim tutelados na Chefe de Divisão de Sustentabilidade e Competitividade do Território, Eng. Ana Luisa Sobral Godinho dos Santos Guerreiro
 - 1.1. No âmbito da *gestão e direção dos recursos humanos* da respetiva Divisão, as seguintes competências:
 - 1.1.1. Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, com respeito pelo interesse do serviço;
 - 1.1.2. Justificar faltas;
 - 1.1.3. Decidir em matéria de organização e horário de trabalho, tendo em conta as orientações superiormente fixadas;
 - 1.1.4. Autorizar a prestação de trabalho extraordinário em consonância com as respectivas dotações orçamentais;
 - 1.1.5. Ainda no âmbito da gestão e direção dos recursos humanos da respetiva Divisão, delego na Chefe da Sustentabilidade e Competitividade do Território as competências, previstas no Decreto- Lei nº 106/98 de 24 de Abril, na redação atual designadamente, autorizar a deslocação de trabalhadores em funções públicas do seu domicílio necessário, por motivo de serviço, com direito a abono de ajudas de custo e transporte, em consonância com as respetivas dotações orçamentais;

Gabinete de Apoio à Presidência

- 1.2. Nos termos do artigo 35.º n.º 2 do Código de Procedimento Administrativo, fica, igualmente, delegado na Chefe de Divisão Sustentabilidade e Competitividade do Território, a prática de *atos de administração ordinária* da Divisão, nomeadamente:
 - 1.2.1. A assinatura da correspondência ou de expediente necessário à mera instrução de processos que correm na unidade orgânica;
 - 1.2.2. Autorizar a passagem de termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa;
 - 1.2.3. Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;
 - 1.2.4. Promover a publicação das decisões ou deliberações, destinadas a ter eficácia externa de acordo com o previsto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
 - 1.2.5. Praticar outros atos ou formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante.
2. Deve ser sempre assegurado a submissão a despacho dos assuntos que dependam da resolução/decisão do executivo, de forma devidamente instruída e fundamentada.
3. No exercício das competências delegadas deve ser sempre mencionada essa qualidade, em cumprimento do artigo 38.º do Código do Procedimento Administrativo.
4. A delegada deve informar o delegante das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro proferidas ao abrigo da delegação
5. A presente delegação de competências é publicada de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 37.º do Código do Procedimento Administrativo.

Santiago do Cacém, 22 de janeiro de 2014

O Presidente da Câmara,



- Álvaro Beijinha -